

30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça determina bloqueio de conta do Rio para pagar servidores

Em crise, governo anunciou que mudaria data de pagamento

BRUNO VILLAS BÔAS
DO RIO

O juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública do Rio, Bruno Vinícius da Rós Bodart, determinou nesta sexta (29) o arresto de R\$ 265,6 milhões das contas do governo para o pagamento de servidores do Judiciário. A decisão atendeu a um pedido do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio, que moveu ação contra o Estado. O valor não poderá sair das verbas destinadas a saúde, educação e segurança.

Segundo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, os salários dos servidores do Judiciário foram assim pagos nesta sexta-feira. O governo do Estado do Rio não confirmou a informação.

Em série crise financeira, o Rio anunciou no fim do ano passado que mudaria a data de pagamento do salário dos servidores do segundo para o sétimo dia útil de cada mês. O objetivo era ganhar tempo de arrecadação.

Desta forma, os salários referentes a dezembro do ano passado foram pagos em 12 de janeiro deste ano aos servidores. Os salários de janeiro seriam pagos, por sua vez, em 11 de fevereiro.

Na quinta-feira (28), a Justiça determinou ao governo cumprir o calendário e pagar salários dos servidores no calendário normal. Se isso não acontecesse, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), será multado em R\$ 50 mil por dia.

O juiz também determinou que o governo pague de uma só vez valores pendentes do 13º salário.

O Estado sofre com a queda da arrecadação provocada por uma menor receita dos royalties (compensação pela atividade de exploração de petróleo) e do ICMS, efeito da desaceleração da atividade econômica.

O governo do Rio informou que a Procuradoria do Estado está analisando a petição.

30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Quando a Justiça falha

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

LUÍS F. CARVALHO FILHO

Justiça falha por ser insensível e preconceituosa

A Constituição diz que “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário”. É como se a falibilidade fizesse parte do jogo. A Justiça falha porque é preconceituosa, insensível e não escuta o que o suspeito tem a dizer.

A CONSTITUIÇÃO diz que “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário”. É como se a falibilidade do sistema fizesse parte das regras do jogo.

O erro clássico, conforme o Código de Processo Penal, é o constatado a partir da revisão criminal — recurso previsto para reverter a condenação definitiva contrária à prova dos autos, baseada na falsidade documental ou de testemunhos e pelo aparecimento de prova nova.

As controvérsias em torno da série documental “Making a Murderer” (“Fabricando um Assassino”), lançada em dezembro pela Netflix (as diretoras Laura Ricciardi e Moira Demos são criticadas pela parcialidade, como mostram a resenha de Luciana Coelho, “Ilustrada”, 24/1, e a edição da revista “The New Yorker”, de 25/1), não impedem a verificação de que a primeira condenação do estranho Steven Avery, em Wisconsin, foi anulada depois de grotesca manipulação processual e de anos de encarceramento, quando o exame de DNA se instalou no ambiente forense norte-americano.

No Brasil, prisões indevidas pipocam no noticiário. É o caso de cidadão de Santa Catarina, solto depois

A Justiça falha porque é preconceituosa, insensível, às vezes tosca, e não escuta o que o suspeito tem a dizer

de cumprir cinco anos por latrocínio e indenizado com mais de R\$ 1 milhão por danos morais e materiais.

Mas quantos erros judiciais permanecem ocultos porque o direito de defesa, sobretudo em favor de pobres, é mera formalidade? E quantas vítimas ficam sem reparação por falta de meios ou de coragem de pedir, ou porque o erro, conforme o entendimento dos tribunais, só é indenizável quando decorre de dolo, fraude ou negligência de agentes do poder público?

Prisões por engano fazem parte do cotidiano, às vezes revertidas no curso do processo. Por vários motivos. O ator Vinícius Romano permaneceu 16 dias em presídio do Rio porque a vítima se equivocou na hora do reconhecimento. O sergente Reginaldo da Silva foi para a Penitenciária de Araraquara porque tem o mesmo nome do verdadeiro assassino, apesar de ser negro e o criminoso, branco. José Delcídio dos Santos foi ao Poupatempo de Osasco e saiu preso porque o verdadeiro culpado de crime praticado no Acre teria usado sua identidade para produzir um RG falso.

A Justiça falha porque a polícia é incompetente, tecnologicamente defasada e corrupta. Falha porque policiais não fazem o reconhecimento de pessoas com as cautelas da lei. Falha porque despreza linhas de investigação e, assim, as pistas desaparecem. Falha porque juízes são compreensivos com abusos e com a ineficiência oficial. Falha porque prende sem necessidade ou exagera no tamanho da pe-

na. Falha por se considerar infalível, por não se manter equidistante e por se deixar levar pelo embalo simpático da opinião pública. Falha porque é preconceituosa, insensível, às vezes tosca, e não escuta o que o suspeito tem a dizer.

Por outro lado, falha também quando não pune quem merece ser punido. Falha quando os processos se arrastam até a prescrição, o que encerra o caso sem veredito.

Se a perspectiva do erro judiciário é de fato inevitável — quanto mais sofisticados os instrumentos de investigação, mais surpreendente será o risco de julgamentos equivocados —, a tolerância zero com os desvios e omissões de autoridades é caminho eficaz para a Justiça melhorar.

30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juiz autoriza criança a mudar de gênero

Decisão foi tomada em Sorriso (MT) na quinta (28); documentos exibirão nome de menina, e não mais de menino

Juiz de Mato Grosso autoriza menino a trocar de gênero
Ação é de 2012, quando a criança, hoje com 11 anos, foi diagnosticada com transtorno de identidade de gênero

O juiz Anderson Candioto, de Sorriso (MT), autorizou menino de 11 anos a mudar o nome e a documentação para o gênero feminino, "como ela sempre se viu".

O magistrado, que justificou a decisão em nome da "cidadania e dignidade", disse não saber de decisão similar no Brasil.

THIAGO AMÂNCIO
DE SÃO PAULO

O garoto Felipe (nome fictício), hoje com 11 anos, nunca se viu ou se apresentou do modo designado em sua certidão de nascimento — um menino. Até agora. Seu nome e documento serão alterados para o gênero feminino, como ela sempre se viu.

A decisão desta quinta (28) foi tomada pelo juiz Anderson Candioto, de Sorriso (MT), que diz que não tem conhecimento de outras decisões semelhantes que envolvam crianças no Brasil.

"Não se trata de transmutação genital, tão somente se reconhece que a criança possui transtorno de identidade de gênero e que ela se vê e se

apresenta para o mundo como menina, e não como menino", disse o juiz à **Folha**.

"E como um dos fundamentos maiores do nosso Estado é promover a cidadania e a dignidade, para que as pessoas possam ter direito ao bem-estar e à felicidade, nada mais justo que conste nos seus documentos o nome e o gênero feminino", continua Candioto.

O nome da menina não foi divulgado, nem o de seus pais ou a profissão deles, para não identificar nem expor a família na cidade de 80 mil habitantes, de acordo com o juiz. O processo corre em segredo de Justiça.

A decisão responde a uma ação que corre no Tribunal de Justiça do Estado desde 2012, quando a criança tinha oito anos.

À época, os pais, alertados de que ela não se reconhecia como menino, levaram-na ao Antigos (Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP), onde foi constatado que ela possuía transtorno de identidade de gênero.

"A conclusão do ambulatório foi: enquanto permitido que exerça personalidade como do gênero feminino, isso dá satisfação e felicidade a essa criança. Enquanto ela está se portando e se colocando para o mundo como do gênero masculino, aí ela sofre cotidianamente. Era uma prisão psicológica", explica o juiz Candioto.

AÇÃO

Com o laudo em mãos, a família procurou a Defensoria Pública de Sorriso e entrou com uma ação na Justiça.

O tribunal expediu uma decisão provisória a fim de que, na escola onde estudava, ela pudesse se vestir e ser tratada como menina, além de frequentar o banheiro feminino.

De acordo com o juiz, não houve resistência à liminar.

"Imagino que em determinado momento, alguma outra criança, por curiosidade, possa tê-la abordado com alguma pergunta. Mas ela não relatou nenhum caso de preconceito na escola", explica o juiz. A criança tem irmãos, que lidam bem com a situação, conta ele.

Depois, a criança foi ouvida no chamado "depoimento sem danos", em que psicólogos trabalham em atividades lúdicas, monitoradas por oficiais que acompanham tudo por câmeras de outra sala.

A conclusão foi a mesma: a criança não se via como menino. A oitiva, assim como o laudo emitido pela USP, foi determinante para a decisão judicial, diz Candioto.

Como base de sua decisão, o juiz cita resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que permitem "a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização".

CONTINUA

30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Cita ainda a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que equipara a união estável homoafetiva ao casamento, na qual o ministro Ayres Brito diz que “a preferência sexual se põe como direta emanção do princípio da ‘dignidade da pessoa humana’”.

A reportagem pediu uma entrevista com o coordenador do Amtigos, mas não obteve resposta.

Promotoria vai intimar Lula a depor em investigação sobre apartamento

Ex-presidente e mulher deverão ser ouvidos pelo Ministério Público na condição de investigados

Segundo promotor, que quer ouvir também Léo Pinheiro, da OAS, há indícios de lavagem de dinheiro

DE SÃO PAULO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua mulher, Marisa Letícia, serão intimados pelo Ministério Público de São Paulo a depor sobre o triplex no condomínio Solaris, em Guarujá (SP), na condição de investigados.

Eles deverão ser ouvidos no dia 17 de fevereiro.

Também serão chamados dois nomes ligados à OAS, responsável pelo empreendimento: Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira condenado a 16 anos de prisão em um processo da Operação Lava Jato, e o engenheiro Igor Pontes, que teria atuado na reforma do triplex.

O pedido partiu do promotor Cássio Conserino, que diz haver indícios de que os investigados tentaram esconder a real situação do imóvel, o que caracterizaria crime de lavagem de dinheiro.

Há suspeita de ilegalidades na transferência, em 2009, do empreendimento da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo), proprietária original do Solaris, à OAS.

Conserino afirmou que irá denunciar o ex-presidente à Justiça, contra quem considera ter provas fortes de que

foi favorecido pela OAS. A informação foi publicada pela revista "Veja" no último fim de semana.

Procurada, a defesa do ex-presidente afirmou que ele ainda não foi intimado.

TRÍPLEX

O imóvel em Guarujá também foi um dos alvos da Triplex X, desdobramento da Operação Lava Jato que investiga irregularidades envolvendo o Solaris.

Em despacho recente, o juiz federal Sergio Moro cita suspeita de que a OAS "teria utilizado o empreendimento imobiliário para repasse disfarçado de propina a agentes envolvidos no esquema criminoso da Petrobras".

> OUTRO LADO <

Defesas dizem que ainda não foram avisadas

DE SÃO PAULO

Procuradas, as defesas do ex-presidente Lula e da OAS afirmaram que ainda não foram intimados.

Em nota divulgada anteriormente, a assessoria do petista disse que o promotor de Justiça de São Paulo Cassio Conserino "violou a lei" ao afirmar que denunciaria Lula. O petista afirma que não é dono do triplex.

O condomínio teve a construção iniciada pela Bancoop, que foi presidida pelo ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso desde abril do ano passado. Em 2009, após entrar em crise financeira, a cooperativa transferiu o empreendimento à OAS.

Esposa de Lula, Marisa Letícia adquiriu a opção de compra do triplex em 2005, pela qual o ex-presidente declarou ter pago R\$ 47,7 mil.

Em 2014, o apartamento, avaliado entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 1,8 milhão, foi reformado pela OAS. Porém, em novembro de 2015, a assessoria do petista informou à **Folha** que a família havia desistido de ficar com o imóvel.

O recuo ocorreu após as informações sobre o apartamento ganharem visibilidade na imprensa e a Lava Jato levar à prisão Vaccari Neto e executivos da OAS.

O ex-presidente e sua mulher dizem ter feito pagamentos pelo imóvel até 2010, mas não informam o total despendido e sustentam que o apartamento é da OAS.

Nesta sexta (29), Lula se reuniu com advogados para traçar sua estratégia jurídica e de comunicação em resposta às suspeitas recentes.

Como a **Folha** revelou, uma fornecedora afirmou que a Odebrecht pagou a reforma de um sítio em Atibaia (SP) frequentado pelo petista e registrado em nome de sócios de um dos filhos do ex-presidente. O caso é investigado na Lava Jato.

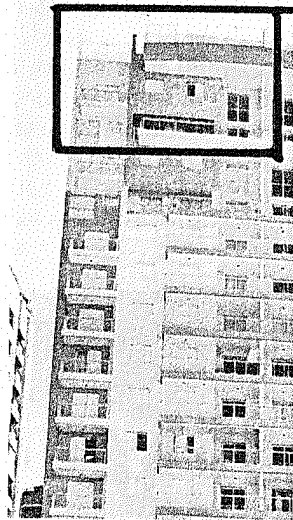
30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NOVO EPISÓDIO DO CASO TRÍPLEX

Lula terá que depor como investigado



O tríplex

Faz parte de condomínio em Guarujá (SP) que começou a ser construído pela Bancoop, mas foi repassado à OAS em 2009, quando a cooperativa entrou em crise. Lula diz ter pago R\$ 47,7 mil por parcela do apartamento em 2005, mas, em 2015, afirmou ter desistido da compra e que, por isso, o imóvel pertence à OAS

A reforma

O tríplex passou por reforma feita pela OAS estimada em R\$ 770 mil. Depoimentos de pessoas ligadas à obra dizem que Lula e Marisa Letícia visitaram o local



Lula

Investigação

Ministério Público de SP investiga a transferência do condomínio à OAS. A suspeita é que haja lavagem de dinheiro ou favorecimento de terceiros

Depoimento

Lula e Marisa Letícia devem depor como investigados no dia 17.fev. O dono da OAS, Léo Pinheiro, e o engenheiro da empreiteira Igor Pontes também foram intimados



Marisa

Lava Jato

Passou a apurar neste ano se a OAS usou o condomínio para disfarçar repasse de propina a pessoas envolvidas nos desvios da Petrobras

30 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu não fará delação porque tem caráter, afirma advogado

Preso em Curitiba, ex-ministro prestou primeiro depoimento ao juiz Sergio Moro nesta sexta

Delator que havia inocentado o petista volta a acusá-lo; defesa diz que declarações não têm credibilidade

JULIANA COISSI
DE CURITIBA

A defesa do ex-ministro José Dirceu, preso desde agosto na Operação Lava Jato, em Curitiba, disse que fechar um acordo de delação premiada não é uma opção para o petista porque ele “tem caráter”.

Dirceu foi ouvido pela primeira vez pelo juiz Sergio Moro nesta sexta (29), na ação penal em que o petista se tornou réu. Ele é acusado pelo Ministério Público Federal de ter recebido R\$ 11,9 milhões de empreiteiras que prestaram serviços à Petrobras.

“Por que o José Dirceu não faz uma delação? Aí ele entrega alguém e vai embora, seria a coisa mais óbvia. Mas alguns ainda têm caráter, outros nunca tiveram”, afirmou o criminalista Roberto Podval, que defende o ex-ministro, ao chegar ao prédio da Justiça Federal para acompanhar o depoimento.

A defesa de Dirceu diz que há pessoas “brincando com as delações” e que entregariam nomes-chave do PT em troca de deixarem a prisão.

“Virou um bom negócio fazer delações. As pessoas ganharam fortuna de dinheiro, entregam uma parte [nas delações], então se fala do Dirceu, do Lula, devolvem uma parte de suas propriedades, uma parte do dinheiro, e continuam andando de iate, dando risada.”

Na mesma linha, Podval comentou que o nome do ex-presidente Lula seria o próximo alvo de acusações. O ex-presidente e sua mulher, Marisa Leticia, foram intimados pelo Ministério Público de São Paulo a depor sobre o triplex no condomínio Solaris, em Guarujá (SP), na condição de investigados.

“Não sou advogado do Lula, da Marisa. Conheço só de bastidores, não tenho dúvida de que o próximo nome, assim como era Zé Dirceu, é o Lula. Querem o nome do Lula”, disse o advogado.

NOVA VERSÃO

Na sexta-feira passada, também ao juiz Moro, o lobista Fernando Moura mudou sua versão apresentada na delação premiada e isentou o ex-ministro de ter-lhe recomendado que fugisse do país, no auge das denúncias do caso mensalão, “até que a poeira baixasse”. Para Podval, a mudança comprova que as

declarações do lobista “não têm menor relevância nem credibilidade”.

Nesta quinta (28), porém, o lobista fez novo recuo e voltou a incriminar o ex-ministro. Disse ao juiz que em depoimento anterior havia inocentado Dirceu por temer represálias, mas que sua delação é “estritamente a verdade” —o petista teria, sim, recebido propina de empreiteiras e sabia que os recursos tinham origem em desvios na Petrobras.

Podval negou as acusações. “É mentira. Ele não foi ameaçado em Vinhedo, a gente sabe que não foi. Ele foi ameaçado, sim, de perder a delação, o que era natural, e aí ele saiu correndo e voltou atrás.”

Além de Dirceu, foi ouvido nesta sexta o executivo da Engvix, Gerson Almada. Ele já foi condenado e é monitorado por tornozeleira eletrônica.

Houve tumulto na saída de Almada do prédio da Justiça Federal. Um grupo de manifestantes com cartazes e megafone cercou o carro do executivo sob gritos de “vergonha!”.

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Mãe não merece feto sem vida, diz juiz

Ele defende base legal para aborto de microcéfalo sem chance de sobreviver



O juiz Jesseir, que já autorizou 14 abortos de anencéfalos

KLEBER NUNES
DO RECIFE

Aos 55 anos, 24 deles dedicado à magistratura, Jesseir Coelho de Alcântara, da 1ª Vara Criminal de Goiânia, é contra a descriminalização do aborto, mas defende que mães de fetos diagnosticados com microcefalia e sem chance de sobreviver possam recorrer à Justiça, mesmo com gravidez avançada.

Folha - O sr. apoia a descriminalização do aborto?

Jesseir Coelho de Alcântara - Sou contra a descriminalização. É crime e continua sendo punido pelo Código Penal. A retirada do feto só é legal naqueles casos permitidos pela lei brasileira: vítimas de estupro e risco para a vida da gestante, além dos casos que se encaixam em uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre fetos anencéfalos.

“ Muitas mulheres vão procurar [a Justiça], sim, mas é preciso tomar cuidado para não banalizar o aborto. O bom senso dos juízes é que deve prevalecer

Não existe réu quando o assunto é o aborto de fetos sem chances de vida

JESSEIR COELHO DE ALCÂNTARA
Juiz da 1ª Vara Criminal de Goiânia

Por que o sr. defende a interrupção da gravidez de bebês com microcefalia?

A decisão do STF é a base para julgar esses casos. Como o Supremo já autorizou, analogicamente pode-se aplicar aos casos de microcéfalos que não têm chances de vida.

Meu entendimento aduna com o do ministro Marco Aurélio de Melo, que foi relator do caso de anencéfalos. Se uma gestante se sentir prejudicada e tiver interesse no aborto, deve ser atendida.

Direito Penal não admite analogia, a não ser que seja para o bem do réu. E nesse caso?

É para o bem da gestante; não é ré, mas é para o bem de alguém. Não existe réu quando o assunto é o aborto de fetos sem chances de vida. Se houver a mínima possibilidade de vida, em qualquer situação, sou contra a autorização da retirada do feto.

CONTINUA

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O que o sr. levaria em consideração para autorizar o aborto de um feto microcéfalo?

Primeiro, que a mãe seja avaliada por três médicos diferentes, para que não haja erro no diagnóstico de que esse feto não tem possibilidade de nascer com vida. Outro parecer é o do Ministério Público, que é o fiscal da lei.

Já autorizou abortos de fetos com outras más-formações?

Sim. Em três casos utilizei a analogia com a decisão do STF para anencéfalos. Dois foram de fetos com síndrome de Edwards [anomalias resultantes da presença de três cópias do cromossomo 18] e outro com síndrome de Body Stalk [cordão umbilical curto ou ausente]. De anencéfalos já autorizei 14 interrupções de gravidez. A mãe não merece passar nove meses carregando uma criança que não vai sobreviver.

A microcefalia é confirmada tardiamente. A retirada do feto não seria traumática?

Com certeza gera um trauma maior para a mãe. Mas entendendo que trauma maior ainda é manter essa gestação e a mãe dar à luz um bebê morto.

Devem aumentar os pedidos de aborto de microcéfalos?

A questão da microcefalia é uma matéria recente, e o número de casos está crescendo muito. Acho que muitas mulheres vão procurar, sim, mas é preciso tomar cuidado para não banalizar o aborto. Não é autorizado o aborto nos casos de fetos que apresentem deficiência física ou mental, mas sem riscos à vida. O bom senso dos juízes é que deve prevalecer.

Antes dos tribunais, o assunto deve passar pelo Legislativo?

Sim. Será preciso acrescentar ao Código Penal mais essa situação de fetos microcéfalos sem chances de sobrevivência, para não criminalizar nesses casos. O Legislativo precisará estabelecer isso. O debate envolve mais questões morais e religiosas do que o direito. O legislador fica com medo de levantar a questão, mas é uma discussão que terá que ser feita.

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Abortos clandestinos custam até R\$ 15 mil

Casos foram relatados por 3 médicos; mulheres, infectadas com zika, estavam entre a 6ª e a 8ª semana de gravidez

Procedimento foi feito em clínicas privadas; microcefalia costuma ser diagnosticada por volta da 28ª semana

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

Grávidas com diagnóstico de infecção pelo vírus da zika estão recorrendo ao aborto clandestino antes mesmo da confirmação se o feto tem ou não microcefalia.

Os preços do procedimento em clínicas particulares variam entre R\$ 5.000 e R\$ 15 mil, dependendo da estrutura e do estágio da gestação.

Três médicos relataram à **Folha** casos de mulheres que já tomaram essa decisão. Todas são casadas, têm educação de nível superior, boas condições financeiras e tinham planejado a gravidez, mas se desesperaram com a possibilidade de a criança desenvolver a má-formação.

As gestações estavam entre a sexta e oitava semana e foram interrompidas com o mifeprostol (Citotec). O medicamento é obtido no mercado ilegal, já que sua disponibilização é limitada a hospitais. A venda é proibida nas farmácias desde 1998.

Segundo o infectologista Artur Timerman, duas grávidas de São Paulo o procuraram nas últimas semanas com sintomas de zika.

A doença foi confirmada com uma técnica chamada PCR, que pesquisa diretamente no sangue da paciente a presença de material genético do vírus da zika.

“Elas me perguntaram se havia risco de o bebê desenvolver microcefalia. Eu disse que sim, mas não saberia estimar quanto [seria o risco]. A decisão [do aborto] foi delas. Em nenhum momento eu disse faça ou não faça”, disse Timerman. Ele afirmou ter sabido depois que as pacientes tinham feito o aborto com outros profissionais.

A ginecologista Ana (prefere não dar o sobrenome), do Nordeste do país, relata situação parecida: três pacientes, após confirmação do zika, decidiram abortar. “Não quiseram esperar para ver.”

Em novembro, o infectologista Roberto Badaró, da Bahia, relatou à reportagem que soube de “abortos preventivos” após detecção do vírus.

No início do mês, a **Folha** mostrou casos de aborto após confirmada a microcefalia, que costuma ser diagnosticada por volta da 28ª semana de gravidez (leia nesta página).

Nessas situações, devido ao estágio da gestação, o procedimento é complexo: aplica-se uma injeção de cloreto de potássio no coração do feto e, então, induz-se o parto.

A médica Fátima Oliveira soube de três mulheres que abortaram após o diagnóstico. Uma, do Mato Grosso, foi a uma clínica de São Paulo. “Quem pode aborta com segurança”, afirma.

O obstetra Thomas Gollop, professor da USP, diz que as lesões associadas ao zika são mais graves do que se imagina. “Há muitas repercussões neurológicas, cegueira, surdez, sem perspectiva de cura ou melhora. O termo mais

apropriado é ‘síndrome fetal do zika’, não só microcefalia.”

Para Paulo Leão, procurador do Estado no Rio e membro do movimento Brasil sem Aborto, interromper a gravidez por causa de microcefalia ou outra má-formação é “eugenia” (seleção da espécie).

No Brasil, o aborto só é permitido em casos de estupro, risco de vida da mãe e quando o feto é anencéfalo.

Com o aumento de casos suspeitos de microcefalia associados ao vírus da zika (são 3.448 no país), um grupo de advogados, acadêmicos e ativistas articula uma ação pedindo ao STF (Supremo Tribunal Federal) o direito ao aborto quando há a má-formação.

É o mesmo grupo que propôs a ação para interrupção da gravidez de anencéfalos, acatada pelo STF em 2012.

Segundo a antropóloga Debora Diniz, do instituto de bioética Anis, o argumento no STF será que o Estado deve ser responsabilizar pelos surtos de zika. “Mulheres não podem ser penalizadas por políticas falhas. Obrigá-las [a ter o filho com microcefalia] representa grave dano à saúde mental.”

Para ela, o princípio não é o mesmo da anencefalia (má-formação incompatível com a vida), já que bebês microcéfalos em geral sobrevivem.

Debora diz que o aborto é um dos pontos de um projeto que envolverá ações contra o *Aedes aegypti*, acesso a contraceptivos e inclusão de crianças microcéfalas.

CONTINUA

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MICROCEFALIA E ABORTO

Aumento nos casos da má-formação abre debate sobre interrupção da gravidez

ABORTO

O QUE DIZ A LEI

O Código Penal Brasileiro considera como crimes contra a vida:

- 1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento
Pena - detenção, de um a três anos
- 2 Aborto provocado por terceiro, sem consentimento da gestante
Pena - reclusão, de três a dez anos
- 3 Provocar aborto com o consentimento da gestante
Pena - reclusão, de um a quatro anos

EXCEÇÕES

Risco à vida da mãe	Se não há outro meio de salvar a vida da gestante, pode ser feito em qualquer ponto da gravidez
Gravidez resultante de estupro	Com a autorização da gestante ou de responsável, até a 20ª semana (cerca do 4º mês) de gestação
Feto anencéfalo	O STF, em 2012, decidiu que a anencefalia é incompatível com a vida e autorizou a interrupção da gravidez



Aborto em caso de microcefalia

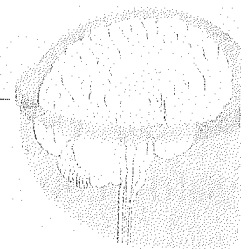
Segundo juristas, os casos de fetos com microcefalia **não se encaixam na mesma exceção** daqueles com anencefalia porque a microcefalia não é incompatível com a vida

MICROCEFALIA

O QUE É

> Má-formação da cabeça e do cérebro, que pode ser causada por drogas consumidas pela gestante ou por agentes biológicos (vírus, bactérias, radiação)

> Segundo a OMS, casos de microcefalia são definidos por recém-nascidos com a circunferência da cabeça **igual ou menor que 32 cm**



DIAGNÓSTICO

> Feito via ultrassom morfológico

> A identificação da má-formação só tem sido possível, em média, a partir da 27ª semana (fim do sexto mês) de gestação

3.448
casos suspeitos no Brasil*

270
confirmados*

ABORTO NO MUNDO

Prevê exceção em caso de má-formação fetal?

Sim Não

Limite para o aborto legal

<input checked="" type="checkbox"/> Inglaterra	24 semanas
<input checked="" type="checkbox"/> França	14 semanas
<input checked="" type="checkbox"/> Espanha	12 semanas
<input checked="" type="checkbox"/> Uruguai	12 semanas
<input checked="" type="checkbox"/> Brasil	Proibido

EUA

Cada Estado tem a própria legislação. Projeto de lei federal no Congresso prevê 20 semanas

*Até 23.jan Fontes: Código Penal Brasileiro, Ministério da Saúde

CONTINUA

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Microcefalia tem diagnóstico com gravidez avançada

O diagnóstico da microcefalia é tardio, diferentemente do da anencefalia, que é feito a partir da 12ª semana de gestação.

Os casos de microcefalia associados ao vírus zika no Nordeste estão sendo diagnosticados na 28ª semana de gravidez, em média, com desvio padrão de cinco semanas (para mais ou para menos). Isso dificulta, tecnicamente, a interrupção da gravidez.

Segundo o obstetra Manoel Sarno, especialista em medicina fetal e que já acompanhou 80 casos de microcefalia na Bahia, é possível que, a partir de agora, com a experiência acumulada pelo volume de casos e exames mais frequentes, essa idade gestacional seja reduzida.

“Mas a maioria [das lesões no cérebro dos bebês] só vai aparecer depois da 24ª semana.”

Para Sarno, a demora para o diagnóstico está relacionada ao tempo que leva entre a gestante ser infectada pelo vírus zika e o aparecimento das lesões cerebrais no ultrassom.

A obstetra Adriana Melo, que já acompanhou 17 casos de bebês que nasceram com microcefalia na Paraíba, também diz que o diagnóstico da má-formação só está sendo feito por volta da 30ª semana.

“Em alguns casos, houve suspeita por volta da 20ª semana”, afirma.

Para o obstetra e professor da USP Thomas Gollop, especialista em medicina fetal, a tendência é que no serviço público o diagnóstico seja mais tardio.

“Mas não temos ainda um volume de experiência para saber ao certo em que momento essas lesões cerebrais são visíveis no ultrassom”, diz Gollop.

A lâmina do STF e os réus da Lava Jato

**Quando o MP consegue uma
condenação em Curitiba,
as chances de se virar
o jogo no STF estão em 1%**

31 JAN 2016

Má notícia para quem torce contra a Lava Jato. A faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio concluiu uma pesquisa sobre o desempenho do Ministério Público em suas causas junto ao Supremo Tribunal Federal e concluiu: "Nos processos da Operação Lava Jato, que tanta atenção têm recebido recentemente, o Supremo dificilmente reverteria uma decisão desfavorável aos réus emitida pelo TRF-4. Em 2013, as chances de isso ocorrer eram de 1%".

Essa é a taxa de reversão pelo STF de decisões vindas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que cobre Curitiba, em processos abertos pelo MP. Quem conhece o STF arrisca dizer que, de 2013 até hoje, essas chances encolheram. Nunca se deve esquecer de que, em setembro, a ministra Carmen Lúcia assume a presidência da corte.

Assinada pelos professores Joaquim Falcão, Alexandre de Moraes e Ivar Hartmann, a pesquisa da FGV levou um ano para ser concluída. Isolou 40,6 mil processos originados pelo Ministério Público Federal e pelos estaduais que tramitaram entre 1988 e 2013, fechando o foco no desfecho das ações.

A pesquisa mostra um Ministério Público mais atuante, com taxas de sucesso superiores à da média das outras partes. O campeão é o MP de Santa Catarina. Ganha em 38% dos casos e perde apenas em 1,8%. Nos grandes números, a lanterna ficou com o MP do Maranhão, com 4,5% de sucessos e 12,7% de derrotas. (Essas percentagens não somam 100% porque se referem a universos diferentes.)

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Delatores apontam 5 novas contas de Cunha no exterior

Empresários da Carioca Engenharia dizem
ter pago US\$ 3,9 milhões a ele

**Suposta propina seria
contrapartida pela
liberação de verbas do
FGTS, controladas por
aliado do deputado**

AGUIRRE TALENTO
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é acusado por dois empresários da Carioca Engenharia de ter recebido propina em ao menos cinco novas contas mantidas no exterior e até então desconhecidas das autoridades brasileiras.

Em outubro, a descoberta de quatro contas secretas na Suíça mantidas por Cunha e sua família agravou sua situação política e gerou um novo inquérito contra o peemedebista. Se confirmados os novos relatos, totalizariam nove contas bancárias no exterior ligadas ao deputado.

A **Folha** teve acesso à tabela de transferências bancárias no exterior entregue pelos empresários Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior no acordo de delação premiada que firmaram com a Procuradoria Geral da República na Operação Lava Jato. A documentação está sob sigilo.

De acordo com os empresários, as transferências eram propina para Cunha com o objetivo de obter a liberação

de verbas do fundo de investimentos do FGTS para o projeto do Porto Maravilha, no Rio, do qual a Carioca Engenharia obteve a concessão em consórcio com as construtoras Odebrecht e OAS.

Essa liberação ocorreria por influência do aliado de Cunha Fábio Cleto, que ocupou uma vice-presidência da Caixa Econômica Federal e também o conselho do fundo de investimento do FGTS.

As transferências informadas à PGR totalizam US\$ 3,9 milhões entre 2011 e 2014, saindo de contas na Suíça dos delatores para cinco contas no exterior que eles afirmam terem sido indicadas pelo próprio Cunha.

“Em geral, seu filho [Ricardo Pernambuco Júnior] se reunia com Eduardo Cunha para saber em qual conta deveria ser feita a transferência”, disse Ricardo Pernambuco em seu depoimento, prestado em 30 de setembro e ainda sob sigilo.

“Todos os pagamentos feitos a Eduardo Cunha foram no exterior”, afirmou.

As contas que receberam propinas foram as seguintes, segundo os empresários: Korngut Baruch no Israel Discount Bank (sede em Israel), Esteban García no Merrill Lynch (EUA), Penbur Holdings no BSI (Suíça), Lastal Group no Julius Bär (Suíça) e outra Lastal Group no Banque Heritage (Suíça).

Segundo Ricardo Pernambuco Júnior, Cunha esteve pessoalmente no escritório da Carioca Engenharia em São Paulo em 10 de junho de 2014. Quinze dias depois, foi feita uma transferência no exterior para uma nova conta.

Ele relata que, na época, estavam repassando dinheiro para a conta do Lastal Group no Julius Bär.

“Acredita, portanto, que esta reunião de Eduardo Cunha no escritório em São Paulo da Carioca tenha sido para entregar esta nova conta do Lastal Group, no Banque Heritage”, afirmou em seu depoimento, prestado em 1º de outubro.

O empresário diz que foi cobrado por Cunha, em encontros pessoais, quando passaram um período sem realizar transferências.

“Nestas reuniões, o deputado dizia: ‘Ricardo, vocês estão atrasados e vocês precisam regularizar os pagamentos’”, contou Pernambuco Júnior.

Diante das reclamações, o pai disse que “a partir de julho de 2014 deu autorização para que o banco (...) fizesse débitos regulares de US\$ 134.000”. O último foi em 19 de setembro de 2014.

CONTINUA

31 JAN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO


NOVAS CONTAS


Delatores da Carioca Engenharia apresentaram tabela de repasses a Cunha no exterior

A EMPRESA

Fundada em 1947, a Carioca Christiani Nilsen Engenharia foi citada por um delator como participante eventual do cartel que atuava na Petrobras e faz parte de consórcio com a Odebrecht e OAS no projeto Porto Maravilha, no Rio

OS DELADORES

 **Ricardo Pernambuco Backheuser,**
acionista e ex-presidente

 **Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior,**
acionista e ex-diretor

O que eles dizem

Eduardo Cunha (PMDB-RJ) cobrou propina para ajudar o projeto, liberando verbas do fundo de investimentos do FGTS --à época ele tinha o aliado Fábio Cleto em uma vice-presidência da Caixa

A TABELA DE REPASSES

Data	Valor, em US\$ mil	Conta beneficiada	Banco
10.ago.2011	220,8	Korngut Baruch	Israel Discount Bank
4.out	352		(tem sede em Israel)
18.nov	372	Esteban García	Merrill Lynch Bank
7.dez	182		(tem sede nos EUA)
10.fev.2012	350,2*		
24.abr	198,9*	Penbur Holdings	BSI
10.ago	153,2		(tem sede na Suíça)
25.out	333,2		
5.mar.2013	317		
28.mai	160	Lastal Group	Julius Bär
26.ago	391		(tem sede na Suíça)
10.dez	150		
25.jun.2014	134		
8.jul	134		
25.jul	134		
6.ago	134	Lastal Group	Bank Heritage
20.ago	134		(tem sede na Suíça)
19.set	134		

*Na tabela original, estes dois campos encontram-se com um hífen, sem especificar o banco, embora haja uma conta com esse nome no BSI
Fonte: Acordo de colaboração premiada de Ricardo Pernambuco Júnior com a Procuradoria

CONTINUA

Presidente da Câmara nega que tenha recebido dinheiro fora do país

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou que não recebeu valores e nem teve participação no esquema apontado pelos empresários.

Ele diz ainda que não teve acesso aos documentos da delação.

“Desminto qualquer repasse de valores e qualquer participação naquilo que ele supostamente falou de relação com qualquer das contas”, declarou o presidente da Câmara.

A defesa de Cunha informou que não poderia comentar os pontos específicos porque não teve acesso “aos elementos da delação da Carioca [Engenharia]”, mas que o presidente refuta qualquer pagamento indevido e as contas no exterior.

No fim do ano passado, Cunha afirmou à imprensa que daria uma procuração para doar o dinheiro caso fossem encontradas novas contas no exterior.

Sobre as quatro contas na Suíça, Cunha já disse anteriormente: “Não tenho conta não declarada e não tenho empresa offshore, não sou acionista, cotista. Tenho um contrato com um trust, e ele é o proprietário nominal dos ativos que existiam”.

A **Folha** não localizou o ex-vice-presidente da Caixa Fábio Cleto.

Procurada, a assessoria da construtora Carioca Engenharia informou que “não comenta investigações em andamento”.

01 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Meu nome está à venda

FELIPE ZALTMAN SALDANHA

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) analisou recentemente um recurso de apelação no caso envolvendo as marcas Sommer e Marcelo Sommer, que, embora inicialmente criadas pelo estilista Marcelo Sommer, foram posteriormente alienadas como parte da aquisição da empresa Sommer Confeccões.

Quando da transação, o estilista concordou em não concorrer com a empresa adquirente e deixar de utilizar tais marcas. Porém, anos depois, a C&A Modas lançou uma linha de produtos assinada pelo estilista, com etiquetas que traziam a indicação "Coleção Sommer".

A questão não é nova. Inúmeros juristas já se arriscaram a analisar as marcas formadas por nome civil ou patronímico (que levam o sobrenome paterno de seu criador). Não obstante, o tema permanece altamente controverso.

Poderia um indivíduo alienar seu nome, ainda que como marca? E, caso positivo, quais os limites de tal alienação? Estaria ele eternamente vinculado ao contrato e, portanto, impedido de usar seu próprio patronímico para fins futuros de denominação de produtos? Não haveria um direito de se arrepender sobre a alienação da marca?

Os debates filosóficos que permeiam a questão a tornam intrigante e complexa. Englobam a possibi-

Poderia um indivíduo alienar seu nome, ainda que como marca? E, caso positivo, quais os limites de tal alienação? O debate filosófico é intrigante

lidade de um indivíduo dispor de elementos relacionados à sua própria personalidade e dignidade, afetando questões que permanecem tabus em nossa sociedade. Afinal, na modernidade, o limite entre o exercício completo da liberdade pessoal e a interferência do poder público na esfera privada ainda não foi perfeitamente traçado.

Os limites que o Estado impõe sobre o nome civil impressionam por seu rigor. A Lei de Registros Públicos prevê os casos em que estará autorizada a alteração do nome civil. Isso porque o nome é visto não só como parte integrante da dignidade de um indivíduo, mas contém um indissociável teor informativo frente à coletividade.

Em tempos de ampla utilização das mídias digitais, resta ainda mais clara a ampla utilidade do nome de um indivíduo, possibilitando que, em poucos cliques, descubra-se o seu passado profissional, pessoal, gostos e preferências.

Também com base nessa função informativa, até há pouco tempo os

tribunais se recusavam a modificar o nome constante nos documentos de identificação de indivíduos que se submeteram a procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual.

O debate em questão não é novo, como revelam os casos envolvendo as marcas Kenzo, Francesca Romana e Tufi Duek. No julgado recente, o TJ-SP concordou com a tese levantada pela empresa autora, tendo proibido a C&A Modas e o estilista de usarem as marcas Marcelo Sommer e Sommer para competir no mesmo ramo de atividade da autora.

Para fundamentar a decisão, o tribunal ressaltou que o estilista havia alienado tal marca livremente e se comprometido a não competir com a adquirente. No julgado, prevaleceu a liberdade de contratar.

Além disso, é interessante observar que o tribunal optou por trilhar um caminho mais restritivo em relação ao nome civil e mais liberal na busca da proteção dos próprios termos do contrato. Talvez seja esse o motivo pelo qual a recente decisão é ainda mais emblemática.

Resta saber se ao longo do tempo tal tese irá prevalecer. E não se anime, caro leitor, o título é mera provocação.

FELIPE ZALTMAN SALDANHA, 26, é advogado da Trench, Rossi e Watanabe e mestre em direito e economia pelas Universidades de Bologna, Gent e Erasmus Rotterdam

01 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

É TUDO NOSSO

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) deve decidir, nas próximas semanas, se o saldo do FGTS acumulado pelo trabalhador ao longo de anos de labuta deve ser partilhado com o ex-marido ou a ex-mulher na hora da separação.

FUNDO

A questão divide tribunais do país e até mesmo a corte de Brasília. As duas turmas de direito privado do STJ já decidiram tanto que o fundo deve ser partilhado na hora da separação, como se fosse um bem qualquer, como o contrário: o FGTS seria verba exclusiva de seu titular. Por isso, a sessão reunirá os magistrados dos dois grupos.

MINHA METADE

O STJ analisará o processo em que o ex-marido, ao saber que a ex-mulher tinha adquirido um apartamento com o FGTS, entrou na Justiça alegando ter direito à metade do valor. Ele ganhou a causa. Ela recorreu e o caso foi parar em Brasília.

01 FEV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Números do crime

Governo Alckmin adota critérios problemáticos para calcular taxa de homicídios, mas não há por que duvidar da queda da violência em SP

Em meio a tanto pessimismo com a situação do país, os paulistas podem ao menos conformar-se com a queda nos índices de violência no Estado. No mais sensível deles, a taxa de homicídios dolosos, houve uma melhora cuja medida deve ser mais bem qualificada.

De acordo com os dados do governo Geraldo Alckmin (PSDB), 2015 fechou com a marca notável de 8,73 casos por grupo de 100 mil habitantes, a menor da série estatística iniciada em 1996 e a primeira abaixo do limiar de 10, adotado como referência internacional.

Trunfo caro ao tucanato estadual, a queda dos números da criminalidade costuma ser alvo de contestação técnica e política. E, de fato, há o que questionar.

Na cifra em tela, considera-se a quantidade de ocorrências — não a de vítimas. Chacinas com oito ou 12 mortos, por exemplo, acrescentam igualmente apenas uma unidade à contagem. Casos de latrocínio, ademais, são listados à parte.

O efeito embelezador da metodologia tucana não é desprezível: houve 3.757 ocorrências de homicídio doloso no ano passado; já o número de vítimas, incluindo as de latrocínio, chega a 4.318. Com a segunda conta, a taxa estadual se manteria ligeiramente acima de

10 por 100 mil habitantes.

Ainda assim, não existe dúvida de que o Estado exhibe os melhores resultados do país. Assim indica o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, formado por especialistas no setor.

Em qualquer dos critérios — casos ou vítimas —, as taxas paulistas são inferiores às dos demais Estados, ao menos até 2014. A média nacional de ocorrências é de 25,2 por 100 mil habitantes e está em alta.

Os dados de São Paulo apontam retração em todos os indicadores de criminalidade: 20,4% em roubos de veículos, 17,5% em sequestros, 12,6% em roubos a bancos e 7,8% em latrocínios. O desempenho é menos satisfatório nos roubos em geral (queda de 1,2%), que somaram 307,4 mil casos em 2015.

Especialistas apontam a melhoria da investigação pela polícia e a alta taxa de encarceramento como fatores importantes para os avanços. Há que considerar ainda a demografia, uma vez que o contingente de jovens, mais propensos à criminalidade, está em queda.

Por fim, há a sempre aventada influência da facção criminosa dominante em São Paulo, de difícil comprovação. Sua hegemonia teria limitado as mortes em disputas por pontos de tráfico, alega-se.

Com o exame dessas e outras hipóteses, os Estados poderiam reproduzir o que dá certo aqui. O governo paulista, por sua vez, precisa esclarecer por que insiste em considerar o total de ocorrências, e não o de homicídios.

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Publicano:

inquérito apura

possível

envolvimento de Beto

Pedido foi encaminhado pelo
Ministério Público Federal ao
Superior Tribunal de Justiça com
base em depoimento do delator
Luiz Antonio de Souza

PUBLICANO

MPF pede inquérito sobre possível
envolvimento do governador no
esquema da Receita Estadual

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a abertura de inquérito para apurar possível envolvimento do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), no esquema de corrupção na Receita Estadual, revelado pela Operação Publicano. O nome do tucano apareceu em depoimentos do auditor fiscal Luiz Antonio de Souza, que firmou acordo de delação, revelando que auditores teriam arrecadado R\$ 4,3 milhões de propina junto a empresários para a campanha de reeleição, em 2014.

O pedido do MPF consta do parecer emitido pela vice-

procuradora-geral da República, Ela Wiecko V. De Castilho, juntado ao processo em que a defesa de Beto pede a transferência da Publicano para o STJ, onde governadores tem foro para responder investigações criminais. Embora Ela ratifique que não houve imputação direta de conduta ilícita ao governador na ação que tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina, foi solicitado ao STJ a instauração do inquérito "para apurar se há envolvimento do Governador do Estado do Paraná nos fatos narrados no referido depoimento", prestado pelo delator.

No mês de junho do ano passado, o ministro relator no STJ, João Otávio de Noronha, negou a liminar pleiteada pela defesa de Beto e manteve a

Operação Publicano em Londrina, por não haver denúncia formal contra o político. "Tais informações (propina para a campanha) estão ainda no âmbito do noticiário da imprensa, mas efetivamente não há ainda indiciamento formal do governador ou outro indicativo mais contundente de que esteja sendo ele alvo de investigações", escreveu Noronha, na ocasião. Portanto, não haveria justificativa para "subir" o processo.

Ontem, o MPF não soube informar se o inquérito para apurar a suposta destinação de propina para a campanha foi autorizado pelo STJ. A reportagem procurou o escritório do advogado René Ariel Dotti, contratado pelo governador após a deflagração da Operação Publicano, mas ele não estava. Um integrante da equipe informou que apenas Dotti poderia falar sobre esse caso. O PSDB nega qualquer irregularidade na campanha de Beto e lembra que as contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

CONTINUA

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A Operação Publicano teve início em março de 2015, quando o Gaeco identificou uma suposta “organização criminosa” na Receita Estadual de Londrina, com a participação do alto escalão do órgão, em Curitiba. As primeiras audiências da ação penal serão realizadas dentro de 15 dias, enquanto que a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) conduz procedimentos administrativos contra 62 fiscais denunciados.

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Baixou

O Tribunal de Justiça emitiu nota sobre gastos com lanches dizendo que caíram de R\$ 43 mil para R\$ 20 mil mensais. Há pouco tempo, dois anos, um desembargador montou uma geradora de gelo em seu gabinete e ela estourou levando a água a destruir carpetes, atingir a biblioteca em três andares e atingindo um piano.

Sai a faxina?

Novas denúncias do TC indicam que mais colégios no Paraná passaram por situação semelhante ao dos casos da Quadro Negro, inclusive com o pagamento antecipado de obras inconclusas. Isso vai além do modus operandi para configurar um cacoete de gestão. Se tais coisas se deram com tanta normalidade, como praxe na Educação, sem falarmos na vergonha dos fiscais da Publicano, é de exigir-se a faxina geral decorrente de tanta imprevisibilidade. Nunca se viu isso na história paranaense, o poder público tão permeável a desvios. E em outras edificações não poderia ter se dado o mesmo?

INFORME

Sobrou para Joaquim Barbosa

Durante a visita do vice-presidente Michel Temer em Curitiba, sobrou até para o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Durante a sua fala, o coordenador de comunicação da OAB/PR, Ernani Buchmann, cobrou a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região no Estado. “Graças a uma afirmação falaciosa do ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa, que irresponsavelmente afirmou que as instalações custariam R\$ 8 bilhões, quando sabemos que não vão gerar mais do que 6% do que ele afirmou, a instalação foi adiada e até hoje não temos uma solução para isso.”

Resposta

Sem entrar na polêmica entre advogados e Joaquim Barbosa, o vice-presidente Michel Temer preferiu a diplomacia. “Sou advogado e vivi muito tempo da advocacia. Sei o quanto o Tribunal Federal é importante para a rapidez processual. Vou levar este assunto para frente”, comprometeu-se Temer, que esteve na capital, fortalecendo a campanha pela liderança do PMDB nacional.

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juízes criticam cortes e dizem que não aceitam intimidações

Fausto Macedo e
Fernanda Yoneya

Agência Estado

São Paulo - O corte de 30% no orçamento do Poder Judiciário Federal provocou inquietação entre os juízes federais. Na quinta-feira, as principais entidades da classe divulgaram um duro manifesto por meio do qual alertam que "estarão vigilantes às ameaças às suas prerrogativas". Eles destacam que "vão acompanhar qualquer movimento que tenha o objetivo de desestabilizar ou atacar a missão constitucional da Justiça Federal". O "Manifesto em defesa da Justiça Federal" é assinado pelo presidente da Associação dos Juízes Federais, Antônio César Bochenek, e por onze presidentes da entidade em Brasília e nos estados. Os colegas do juiz federal Sérgio Moro observam que a independência do Poder Judiciário Federal "tem sido abalada com cortes que atingiram 30% do seu orçamento, além do contingenciamento de valores". "A atuação eficiente da Justiça Federal mostra de forma clara o avanço das instituições brasileiras, sobretudo no enfrentamento aos crimes de corrupção, que atingem a Administração Pública e dilapidam o patrimônio de todos os brasileiros", ressaltam. Eles destacam "o senso de responsabilidade e dedicação dos

magistrados federais que atuam por todo o país, principalmente aqueles envolvidos em importantes operações, como a Zelotes e a Lava Jato". Avisam, ainda, que não vão ceder "a qualquer tipo de intimidação ou pressão".

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF flexibiliza exigências para renegociação de dívidas com a União

Folhapress

Brasília - Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ontem liberou municípios de terem que pedir autorização das câmaras de vereadores para celebrar aditamentos em contratos de dívidas com a União. Fica suspensa ainda a exigência para que as prefeituras retirem ações judiciais que eventualmente já estão na Justiça contra a União para que os aditamentos sejam assinados. A decisão liminar (provisória) foi da vice-presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, e suspende dispositivos do decreto assinado em dezembro de 2015 pela presidente Dilma Rousseff que regulamentou a aplicação do novo indexador das dívidas de estados, Distrito Federal e municípios com a União.

A ministra acolheu ação apresentada pelo PT ao STF, após pedido da Frente Nacional de Prefeitos. Pelo decreto, desde 1º de janeiro, o governo tem que corrigir as dívidas pela taxa Selic ou pelo IPCA - o que for menor - mais 4% ao ano. A nova metodologia alivia o peso da conta para os entes federativos, que antes eram taxados pelo IGP-DI mais 6% a 9% ao ano.

Ao STF, estados como Alagoas e Rio de Janeiro têm argumentado que a exigência imposta pela União - desistência

de ações judiciais relativas ao montante da dívida contraída ou os contratos de financiamento antes celebrados - poderia agravar o quadro de crise financeira e orçamentária que vem dominando o país, atingindo, particularmente, os entes federados.

A ministra afirmou que o decreto não pode impor condições que levem o poder ou o poder público a ferir responsabilidade fiscal. "O desguarnecimento das condições econômico-financeiras dos entes federados pode e, em alguns casos, parece estar colocando em risco a prestação de serviços públicos essenciais. Tampouco se afigura juridicamente admissível exigir-se, por norma infralegal, que a repactuação da dívida se dê em condições menos favoráveis e gravosas ao endividamento público, o que poderia conduzir aqueles entes federados ao descumprimento da responsabilidade fiscal legalmente devida."

Na avaliação da ministra, os dois trechos do decreto tiram direitos fundamentais dos entes federados. Isso porque o contrato teria que ser assinado até 31 de janeiro, mas as câmaras e assembleias estão em recesso nesse período. Cármen Lúcia entendeu que a exigência de autorização dos legislativos locais para novas contratações não era razoável, uma vez que os vereadores estão em recesso.

30 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de Dirceu diz que delator não tem credibilidade

Advogados de ex-ministro da Casa Civil pedem ao juiz Sérgio Moro para indeferir pedido de novo depoimento de empresário ligado ao PT

Ricardo Brandt,
Julia Affonso e
Fausto Macedo
Agência Estado

Curitiba e São Paulo - A defesa do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu afirmou ontem que o empresário ligado ao PT Fernando Moura, um dos delatores da Operação Lava Jato, "não tem credibilidade para ser ouvido como colaborador da Justiça". Quatro advogados de Dirceu pediram ao juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações penais da Operação Lava Jato, que seja indeferido o pedido do Ministério Público Federal para novo interrogatório de Moura. Dirceu foi ouvido ontem na Justiça Federal, em Curitiba. Ele depôs como réu em ação penal da Operação Lava Jato. O ex-ministro é acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Diante das inúmeras e contraditórias versões apresentadas por Fernando Moura, as quais, sem sombra de dúvidas, demonstram

não ter o acusado credibilidade para ser ouvido como colaborador da Justiça, requer-se: (i) Sejam desentranhados dos autos os documentos acostados nos eventos 660, 661 e 662, os quais foram colhidos em absoluta inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa; e, (ii) Seja indeferido o pedido ministerial no sentido de que o colaborador Fernando Moura seja novamente interrogado nestes autos, haja vista que a produção da referida prova se mostra inócua diante do quanto acima ponderado", sustentou a defesa.

Na noite da quinta-feira, a Procuradoria requereu a Moro que ordene novo interrogatório de Moura em razão de "flagrante contradição" no depoimento que ele prestou no dia 22, e um trecho de sua colaboração premiada, firmada em agosto de 2015. O pedido foi subscrito por onze procuradores da República que compõem a força-tarefa da Lava Jato. Eles destacam "a prova falsa produzida por Fernando Moura em juízo".

Na quinta, Moura foi ouvido pelos procuradores e

confessou "ter mentido" para Moro. Com isso, ele tenta salvar os benefícios que poderia ter como colaborador da Lava Jato. Os procuradores entregaram ao juiz o depoimento gravado do empresário.

Em documento de oito páginas, os advogados de Dirceu questionam "valor probatório do depoimento de um colaborador que apresentou uma versão num primeiro momento, a desmentiu em Juízo e diante do contraditório e, agora, sem apresentar uma justificativa convincente para tanto, tentou apresentar uma terceira versão, mas, diante dos questionamentos insistentes do Procurador e da possibilidade de perder todos os benefícios do acordo de colaboração celebrado, decidiu ratificar suas primeiras declarações". O trecho dos relatos de Moura que irritou os procuradores é relativo ao motivo de sua saída do País, em 2005, supostamente por sugestão do ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu - réu e preso da Lava Jato por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

31 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

Tribunal diz que juiz é para julgar

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul reformou a sentença dada por um juiz do Fórum da cidade gaúcha de Erechim, porque aconteceu o seguinte: um bancário daquela cidade atendeu a uma bela moça e encantou-se com ela. Tanto que, utilizando-se de dados da cliente junto ao banco onde ele trabalha, enviou um e-mail para ela, dizendo mais ou menos o seguinte: "Sou o rapaz que atendeu agora pouco. Achei você uma tri-gata. Quero levar você para jantar e quem sabe rolará entre nós um baita sexo!". A moça ingressou na Justiça com uma ação por danos morais, seguindo conselho do pai. O juiz, não se sabe as razões dele, fez uma sentença mandando arquivar a ação, afirmando que a jovem deveria ignorar o elogio e que isso acontece muitas vezes. E a aconselhou a deletar a cantada e ir em frente. O advogado dela recorreu ao TJ do Rio Grande do Sul e ganhou. Tanto que desembargadores chamaram a atenção do juiz, dizendo que ele deveria ter julgado os fatos de acordo com a lei, e deixar sua opinião pessoal para outra ocasião...

f "Meu filho, não cutuque a onça com vara curta", na borracha de um caminhão de Santa Maria (RS).

31 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

A espera de Tóffoli

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Jocimar Novochaklo, passa amanhã o cargo para seu sucessor, o desembargador Luiz Fernando Tomazi Keppen, mas a solenidade será realizada somente no dia 12 deste mês. A data foi marcada porque terá a presença do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dias Tóffoli. Também fica para o mesmo dia a posse do novo corregedor, Adalberto Jorge Xisto Pereira.

TSE celebra 20 anos das urnas eletrônicas

Depois de ameaçar com o retorno da votação manual, em razão da restrição orçamentária da União, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou nota, ontem, celebrando o ano de 2016, que terá "a maior eleição informatizada do mundo". Mais de 142 milhões de eleitores elegerão prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, 20 anos depois da primeira experiência com a urna eletrônica no País. Desde as eleições de 2000, todo o eleitorado nacional passou a votar eletronicamente.

01 FEV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Dois presos da fase Tripla X são soltos

*Sérgio Moro manteve prisão
de publicitária investigada
a pedido do Ministério Público*

Dimmi Amora

Folhapress

Brasília - Ricardo Honório Neto e Renata Pereira Brito, presos na fase Tripla X da Operação Lava Jato, realizada na semana passada, foram liberados da prisão ontem. Eles são respectivamente sócio e funcionária da Mossack Fonseca, empresa investigada nessa fase da operação por suspeita de lavagem de dinheiro.

De acordo com os procuradores do caso, a prisão deles não é mais necessária por já terem sido colhidas as provas de interesse para a investigação. O juiz responsável pelo caso, Sérgio Moro, manteve a prisão de uma outra investigada nessa etapa, a publicitária Nelci Warken, a pedido do Ministério Público. De acordo com os procuradores da República, ela estava tentando ocultar patrimônio o que seria motivo para a renovação da prisão dela.

A PF apura se ela usou a estrutura de uma offshore para ocultar patrimônio em favor de Marice Correa de Lima, cunhada do ex-tesoureiro do PT, preso em fase anterior da Lava Jato. A defesa de Warken nega.

AFASE

A Tripla X mirou no escritório da Mossack Fonseca no Brasil porque a empresa é acusada de criar companhias

offshore de fachada em diversos países para facilitar o pagamento de propina proveniente de contratos fraudulentos com o governo e empresas públicas, entre elas a Petrobras. As duas pessoas consideradas as reais responsáveis pela Mossack no Brasil, Maria Mercedes Riano Quijano e Luiz Fernando Hernandez Rivero, tiveram prisão decretada pela Justiça mas continuam foragidas. O advogado Ademir Auada, suspeito de destruir informações sobre uma das empresas investigadas, continua preso.

Segundo os procuradores, a Mossack teria criado offshores para ocultar a propriedade de imóveis construídos pela OAS num prédio do Guarujá (SP), o Edifício Solaris. O imóvel teve a construção iniciada pela Bancoop, a cooperativa habitacional dos bancários de São Paulo, e tinha como um dos cotistas a esposa do ex-presidente Lula, Marisa Letícia.

Os procuradores apuraram que Lula e Marisa visitavam a cobertura triplex do prédio e que a OAS, uma das empreiteiras investigadas na Lava Jato, estaria fazendo uma reforma para a família do ex-presidente habitar o imóvel. Mas a defesa de Lula afirma que o imóvel não serviu para a família e, por isso, ele não exerceu o direito de comprá-lo e, portanto, nunca foi seu proprietário.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

MP: elogio à transparência

Quer saber quanto ganha um desembargador, incluindo os inúmeros penduricalhos que engordam seus holerites? É impossível: o portal de internet do Tribunal de Justiça, embora tenha uma página dedicada à Transparência, não fornece esta informação.

Quer saber quanto ganha um professor? Vá ao site do governo estadual e verá, por exemplo, que em maio do ano passado, em meio à greve do magistério, o Executivo publicou todos os salários brutos pagos no mês, mas sem especificar retroativos e gratificações legais que estavam embutidos nos valores, nem faziam referência a descontos.

Com isto, deu-se a impressão de que muitos professores ganhavam até mais do que os prefeitos de seus respectivos municípios. Na

última sexta, o juiz da 4.^a Vara da Fazenda determinou que o governo faça as devidas correções e estenda a clareza a todos os servidores do estado.

Já o Ministério Público Estadual dá excelente exemplo de transparência. Qualquer cidadão pode entrar na página da instituição e, sem nenhuma complicação, saber quanto ganha, mês a mês, cada um dos seus 752 procuradores e promotores, com nome e sobrenome. Incluindo os que já estão fora dos quadros — como os que foram, por exemplo, nomeados desembargadores.

São listados todos os benefícios e indenizações que se somam aos proventos, tais como auxílio-moradia, serviços extraordinários, abonos de permanência, assim como são subtraídos a contribuição previdenciária, o imposto de renda etc. Tudo muito claro e transparente.

30 JAN 2016
31 JAN 2016

Peguemos como exemplo a folha de dezembro, mês em que se paga também o 13.º salário. E, então, se verá que o dispêndio total foi de R\$ 53.140.976,89 — valor bruto que equivale a cerca de 10% da folha total dos 200 mil servidores ativos do Paraná. Isto significa que, na média, cada procurador ou promotor ganhou em dezembro R\$ 70.667,00 — mas há casos especiais em que o contra-cheque chegou a R\$ 105.534,33 brutos. Feitos os descontos, sobraram na conta deste servidor R\$ 75.574,17. Um desembargador, afastado do MP há mais de duas décadas, recebeu R\$ 23.279,26 a título de “restos a pagar”.

30 JAN 2016

31 JAN 2016

GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI

A lâmina do STF e os réus da Lava Jato

Mã notícia para quem torce contra a Lava Jato. A faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio concluiu uma pesquisa sobre o desempenho do Ministério Público em suas causas junto ao Supremo Tribunal Federal e concluiu: “Nos processos da Operação Lava Jato, que tanta atenção têm recebido recentemente, o Supremo dificilmente reverteria uma decisão desfavorável aos réus emitida pelo TRF4. Em 2013, as chances de isso ocorrer eram de 1%”.

Essa é a taxa de reversão pelo STF de decisões vindas do tribunal federal da 4.ª Região, que cobre Curitiba, em processos abertos pelo Ministério Público. Quem conhece o STF arrisca dizer que de 2013 até hoje essas chances encolheram. Nunca se deve esquecer que, em setembro, a ministra Carmen Lúcia assume a presidência da Corte.

Assinada pelos professores Joaquim Falcão, Alexandre de Moraes e Ivar Hartmann, a pesquisa da FGV levou um ano para ser concluída. Isolou 40,6 mil processos originados pelo MP federal e pelos estaduais que tramitaram entre 1988 e 2013, fechando o foco no desfecho das ações.

A pesquisa mostra um Ministério Público mais atuante, com taxas de sucesso superiores à da média das outras partes. O campeão é o Ministério Público de Santa Catarina. Ganha em 38% dos casos e perde apenas em 1,8%. A lanterna ficou com o Ministério Público do Maranhão, com 4,5% de sucessos e 12,7% de derrotas (essas percentagens não somam 100 porque se referem a universos diferentes).

Serviço: A pesquisa “IV Relatório Supremo em Números — O Supremo e o Ministério Público”, está na rede.

CORREÇÃO

Tribunal de Contas investiga suspeita de corrupção em 111 obras de escolas estaduais

● A Gazeta do Povo errou ao informar na edição da sexta-feira (29) que o Tribunal de Contas do Paraná (TC) apura a suspeita de corrupção em obras de 111 escolas estaduais. Na verdade, a auditoria do TC investiga possíveis irregularidades em 111 obras em colégios estaduais. Algumas escolas têm mais de uma obra executada. No total, são 43 ampliações e 68 reparos emergenciais, totalizando as 111 obras.

Os serviços, que consumiram R\$ 67 milhões, fazem parte das contrapartidas do governo estadual a um empréstimo do Banco Mundial de US\$ 350 milhões ao Paraná.

COLUNA DO LEITOR

JUSTIÇA FEDERAL

Se o corte de verbas obrigar o estancamento das mordomias e a racionalização dos recursos públicos, sem prejudicar substancialmente o funcionamento da Justiça, não acho que seja uma medida ruim. O desperdício e as mordomias não são exclusividade da Justiça Estadual.

Thiago da Cunha Medeiros

GAZETA DO POVO

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS

KELI KADANUS E KATIA BARAN

Delação pode complicar Gleisi

Operador do esquema da Lava Jato preso na 18.^a fase da operação, Alexandre Romano está negociando acordo de colaboração premiada diretamente com a Procuradoria-Geral da República, pois o caso envolve políticos com prerrogativa

de foro. Um investigador da Lava Jato de Curitiba diz que o acordo pode complicar a vida da senadora **Gleisi Hoffmann (PT)**: “A 18.^a fase é bem consistente com relação a ela, tanto que o acordo [de colaboração] do Alexandre Romano não foi nem aqui, ficou lá [em Brasília]”. O material apreendido na 18.^a fase — cerca de 30 mídias e seis volumes de documentos — foi enviado ao STF por ter várias referências a Gleisi, que nega irregularidades. “Nós não analisamos uma página porque foi muito rápida a suspensão do caso ao Supremo”, diz o investigador. “O nome dela aparece em documentos, é citado por pessoas e várias pessoas repetem o nome dela.”

‘Tem lugar pro Cunha’

Apesar das novas prisões de investigados da Operação Lava Jato nesta semana, ainda há lugar sobrando na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. E alguns integrantes da força-tarefa dizem aguardar ansiosamente pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Cunha é alvo de um processo de cassação na Casa e nega as suspeitas. Se perder o mandato, passa a ser investigado na 1.^a instância da Justiça, no Paraná. “Corre o risco de conhecer o Newton”, disse um integrante da

30 JAN 2016

31 JAN 2016

operação, fazendo alusão ao agente da PF Newton Ishii, o “Japonês da Federal”.

Frustração

Investigadores da Lava Jato dizem acreditar que há indícios suficientes para cassar o presidente da Câmara. “Quem trabalha no caso sabe que há muita responsabilidade dele. Sabe que outros parlamentares perderam seus cargos por muito menos. Então é um negócio que incomoda você ver uma pessoa com tantos indícios de participação em crimes ainda comandar uma das Casas do Congresso”, diz um dos integrantes da operação.

Troca na força-tarefa

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal (MPF) deve sofrer mudança em sua composição nos próximos meses. Pelo menos dois procuradores do caso devem deixar a Procuradoria-Geral de Curitiba: Antônio Carlos Welter e Januário Paludo. Os motivos são pessoais e não há data confirmada para a saída deles. Já o procurador Carlos Lima vem se queixando de cansaço e pode deixar a força tarefa também. Os três são os procuradores mais experientes da força-tarefa e já atuaram em diversas investigações parecidas, inclusive no famoso Caso Bannestado, há mais de dez anos, cujo pivô também foi o doleiro Alberto Youssef,

30 JAN 2016

31 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Lava Jato, o show do milhão

Supostas propinas do escândalo facilmente atingem a cifra milionária e contrastam com os valores envolvidos em suspeitas de corrupção em países como o Japão

Kelli Kadamus, com agências

● Brasil e Japão. Há muito mais do que meia volta ao planeta separando os dois países. Até nos casos de suspeita de corrupção nas duas nações as cifras envolvidas são muito diferentes. Enquanto entre os japoneses os escândalos giram no máximo na casa dos milhares, no caso brasileiro os valores facilmente ultrapassam o milhão.

Nesta semana, um escândalo de corrupção causou a renúncia do então ministro Economia do Japão, Akira Amari. Ele renunciou por ser suspeito de receber um suborno equivalente a R\$ 415 mil de uma empresa de construção.

Quase ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato levantou suspeitas sobre o possível uso de apartamentos no Guarujá (SP) para pagar propina ou lavar dinheiro do esquema na Petrobras. Um dos imóveis do condomínio investigado, um triplex avaliado em R\$ 1,5 milhão, pertenceria à família do

ex-presidente Lula. Já o lobista Julio Camargo afirmou ter emprestado 113 vezes um jatinho para quitar uma dívida de R\$ 1 milhão com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

O triplex que seria dos Lula, embora oficialmente não esteja no nome dele ou de familiares, foi declarado na prestação de contas do ex-presidente à Justiça Eleitoral quando ele concorreu à reeleição, em 2006. Mas por um valor bem abaixo do que realmente valeria: R\$ 47 mil. Somente a reforma do triplex, segundo pessoas ouvidas pelo Ministério Público, teria custado mais de R\$ 700 mil. Lula nega qualquer irregularidade.

No caso de Dirceu, o ex-ministro voou nos jatos do lobista Julio Camargo 113 vezes entre 2010 e 2011. Camargo contou que bancou voos de Dirceu em jatinhos e que os custos desses voos eram abatidos de um saldo de R\$ 1 milhão de propina que o ex-ministro teria a receber referente à Petrobras. O ex-ministro teria recebido outros R\$ 3 milhões em dinheiro vivo, segundo Camargo. Dirceu é acusado ainda de ter recebido ao todo R\$ 11,8 milhões de propina da Petrobras.

Dirceu também nega envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras.

ATITUDES

O comportamento também é muito diferente entre brasileiros e japoneses envolvidos em suspeitas de corrupção. No caso japonês, o ex-ministro Amari negou ter cometido irregularidades, mas reconheceu ter aceitado dinheiro como doação política. Mesmo assim, renunciou e se desculpou com a população. No Brasil, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), é acusado de ter recebido R\$ 5 milhões em propina em espécie e mais R\$ 300 mil em horas de voo. Cunha nega as irregularidades e já disse que não pretende renunciar nem à presidência da Casa nem ao mandato de deputado.

01 FEV 2016

GAZETA DO POVO

Quadro Negro será foco na Assembleia

Oposição articula CPI para investigar denúncias de desvio de recursos públicos que deveriam ser usados em obras de escolas estaduais

| *Euclides Lucas Garcia*

● Após um 2015 turbulento, parecia que a Assembleia Legislativa do Paraná iniciaria 2016 com certa calma na terça-feira (2). Apenas parecia. Amparada nas recentes denúncias de desvio de recursos públicos que deveriam ser usados na construção e ampliação de escolas estaduais, a bancada de oposição já se articula para instalar uma CPI que investigue o caso. Para tumultuar ainda mais o ambiente na Casa, o esquema envolveria o presidente do Legislativo, Ademar Traiano (PSDB), e o primeiro-secretário, Plauto Miró (DEM) — ambos negam.

Conforme denúncia apresentada pelo Gaeco à Justiça, o caso investigado na Operação Quadro Negro teria causado um prejuízo de R\$ 18 milhões aos cofres públicos. No esquema, quase a totalidade do dinheiro previsto em contrato foi liberada pelo governo à Valor Construtora para tocar dez obras, embora a empresa tenha executado apenas parte dos serviços. A fraude ocorria a partir de falsas medições sobre a evolução dos trabalhos, o que permitia a liberação das faturas de pagamento. Parte dos recursos teria abastecido campanhas políticas em 2014, in-

clusive a do governador Beto Richa (PSDB).

Líder da oposição, o deputado Tadeu Veneri (PT) admite que não será fácil conseguir as 18 assinaturas necessárias para instalar uma CPI sobre o caso. No ano passado, por exemplo, ao longo de meses os opositores tiveram apenas 11 apoios para formar uma comissão que investigasse o esquema de corrupção na Receita Estadual. Desta vez, a provável blindagem da base governista deve ser ainda mais ferrenha por envolver o nome do próprio Richa e da cúpula da Assembleia.

“Se não fizermos isso, vai ficar notório que a Casa estará ignorando o assunto que pauta a vida pública no estado há 60 dias”, defende Veneri.

Panos frios

Líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) admite que a Quadro Negro será o tema central dos debates na Casa, ao menos nas primeiras semanas. Ele rejeita, porém, a hipótese de instalação de uma CPI. “A Assembleia deve discutir e aprofundar as investigações. Mas, em relação ao trabalho judicial que a CPI em tese poderia fazer, isso já vem sendo feito pelo Gaeco”, argumenta.

Questionado se esperava um ano mais calmo após todos os problemas de 2015, o peemedebista afirma que o Legislativo “nunca trabalha com tranquilidade”. “Aqui é um ambiente tenso por natureza. E isso será agravado pelo período pré-eleitoral”, avalia, em referência às eleições municipais de outubro.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01 FEV 2016

EM DISCUSSÃO

Projetos que podem entrar na pauta da Assembleia neste primeiro semestre:

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Busca diminuir o valor da contrapartida do governo às aposentadorias do funcionalismo. Pela proposta, os novos servidores receberão no máximo o teto do INSS (R\$ 5.147,38) quando se aposentarem. Dessa forma, contribuirão com 11% do teto e precisarão escolher um percentual para complementar o valor integral que recebem na ativa.

IMPOSTO SOBRE HERANÇAS

Cobrado sobre o valor da herança recebida por parentes

de pessoas que morreram ou sobre doações de bens feitas ainda em vida, hoje o ITCMD é de 4% do montante de todas as operações, independentemente do valor. A ideia do governo é estabelecer alíquotas progressivas do imposto de zero a 8% do valor do bem, em nome da justiça fiscal.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Mexe no desconto em folha da contribuição sindical dos servidores. Hoje, a autorização do próprio funcionário público já é suficiente para que o desconto seja feito. Pela proposta, porém, isso "poderá" ser permitido de acordo com decreto governamental a ser editado após a sanção da lei.

“Em relação ao trabalho judicial que a CPI em tese poderia fazer, isso já vem sendo feito pelo Gaeco”

Luiz Claudio Romanelli (PMDB), líder do governo.

“Se não fizermos isso [CPI da Quadro Negro], vai ficar notório que a Casa estará ignorando o assunto”

Tadeu Veneri (PT), líder da oposição.

CONTINUA

01 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Denúncias esquentam briga pela Presidência

Apesar de a eleição para o comando da Assembleia estar marcada apenas para a segunda metade de outubro, há deputados que apostam numa influência das denúncias da Quadro Negro sobre o pleito. Em depoimento ao Gaeco, três investigadas citaram nominalmente Ademar Traiano (PSDB) e Plauto Miró (DEM) como envolvidos nas irregularidades. Com o desgaste provocado pelo escândalo, nos bastidores já surgem nomes para disputar com os dois a Presidência e a 1.ª Secretaria da Casa.

Um deputado da velha guarda revela que o PSC, que tem a maior bancada do Legislativo (com 12 deputados), já cogita a hipótese de Ratinho Jr. pleitear o posto de presidente. Parlamentar mais votado em 2014, ele está licenciado do cargo e comanda atualmente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. "Guardadas as devidas proporções, pois não houve denúncia formal nem há nada de concreto contra eles, o Traiano e o Plauto estão na mesma situação do Eduardo Cunha [presidente da Câmara Federal]. É óbvio que denúncias como essa enfraquecem os dois", afirma o parlamentar.

Alguns avaliam, no entanto, que o PSC estaria apenas se cacifando para ficar, na verdade, com a 1.ª Secretaria. Uma espécie de "prefeitura" da Assembleia, ela é comandada por Plauto desde 2011. "O PSC está alijado da Mesa. Veja, por exemplo, o PMDB, que ocupa dois postos de comando importantes e ainda tem a liderança do governo", avalia outro deputado. (ELG)

NOME DO GOVERNO

Líder do governo, por sinal, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) é outro nome forte para brigar pela Presidência. "A troca de comando é saudável do ponto de vista democrático", diz o peemedebista.

01 FEV 2016

GAZETA DO POVO

DESVIOS NA EDUCAÇÃO

Empresas de ex-diretor de engenharia da Sude são suspeitas de lavar dinheiro

As empresas são alvo de investigação do Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil, na esteira da Operação Quadro Negro

Catarina Scortecci

● Duas empresas de propriedade do engenheiro civil Maurício Fanini, Engenharia, Projetos e Orçamentos da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), braço da Secretaria de Estado da Educação (Seed), são alvos de um inquérito policial aberto pelo Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), da Polícia Civil, na esteira da Operação Quadro Negro. As duas empresas, a B. M. A. Linguagem e Comunicação e a Perfil Luz Representação Comercial, podem ter sido utilizadas para lavagem de dinheiro.

Um dos investigadores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o promotor de Justiça Felipe de Paula Soares, afirmou que há “quantias altas” registradas pelas empresas de Fanini. Foi o Gaeco, em dezembro último, que requisiu ao Nurce a instauração do inquérito policial.

Ainda segundo o promotor de Justiça, as quantias chamam a atenção não só pelos valores, que seriam incompatíveis com a renda de Fanini, como também pelas datas em que caíram nas contas, que seriam coincidentes com movimentações financeiras relevantes da empresa Valor Construtora. Na ação penal da Quadro Negro, Fanini é acusado de receber dinheiro desviado dos contratos assinados entre a pasta de Educação e a Valor Construtora para reforma ou construção de escolas. O esquema teria gerado um prejuízo de pelo menos R\$ 18 milhões aos cofres públicos. Fanini já negou ter recebido propina.

Na Receita Federal e na Junta Comercial do Paraná, as duas empresas permanecem ativas e estão registradas no mesmo endereço, que é a residência de Fanini, um apartamento no bairro Cabral, em Curitiba. O advogado de Fanini, Gustavo Scandelari, informou que seu cliente nega veementemente qualquer irregularidade. Scandelari afirma que, embora estejam oficialmente ativas, as duas empresas não estão mais funcionando. Segundo ele, Fanini sustenta que as devidas “baixas” não foram feitas porque as empresas têm dívidas.

Questionado sobre os “altos valores” que o Gaeco encontrou a partir da quebra do sigilo bancário, Scandelari justificou que foram feitos empréstimos em nome das duas empresas e que, mesmo após o fim das atividades, as parcelas de cobrança continuaram a cair nas contas. Para conseguir pagar as parcelas, Fanini teria utilizado dinheiro de outras fontes de renda, como venda de imóveis, para transferir às empresas.

EMANDAMENTO

APFe o MPF não quiseram dar entrevistas sobre a Operação Sinapse, sob a justificativa de que ainda há investigações em andamento. Três denúncias foram oferecidas sobre o caso. Duas ações penais aguardam sentença do juiz federal Sergio Moro, o mesmo da Lava Jato. O terceiro processo está na fase de oitivas de testemunhas. Gustavo Scandelari, advogado de Fanini, disse que seu cliente foi chamado uma única vez pela PF nesse caso, como testemunha, e reforçou que o casal “não foi indiciado, nem denunciado” no âmbito da Sinapse.

CONTINUA

01 FEV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FANINI E O GOVERNO ESTADUAL

Fanini foi diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), braço da Seed, durante todo o primeiro mandato do governador do estado Beto Richa (PSDB), entre 2011 e 2014. No período, ele também atuou como titular do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Entre janeiro e junho de 2015, até o escândalo da Operação Quadro Negro vir à tona, Fanini ocupava um outro cargo comissionado na Sude, com a missão de recriar a Fundepar, autarquia que ficaria responsável por toda a parte administrativa da pasta de Educação, como contratos de obras, de merenda, de transporte. Mas a relação com o governador tucano é anterior. Em 2001, Fanini foi nomeado para atuar como diretor do Departamento de Infraestrutura de Tráfego na Secretaria de Obras Públicas, pasta comandada na época pelo então vice-prefeito de Curitiba, Beto Richa.

EM 2013

Fanini foi ouvido na Operação Sinapse

● A empresa B. M. A. aparece em um relatório da Polícia Federal sobre a Operação Sinapse, deflagrada em 2013 para apurar desvios de recursos públicos do Ministério da Educação a partir de convênios feitos entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e duas oscips: o Ibepoteq (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas para Otimização da Tecnologia e da Qualidade Aplicadas) e a Abdes (Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social). Para a PF e o MPF, as oscips simularam alguns contratos com empresas cujos serviços não teriam sido prestados ou prestados parcialmente. A B.M.A., cujo nome faz referência à esposa de Fanini, Betina Moreschi Antonio, aparece prestando serviços ao Ibepoteq. Em depoimento, Fanini disse que sua empresa de fato prestou serviços de "telemarketing" para pessoas encaminhadas por Gilson Amâncio, então presidente da Ibepoteq. Contudo, Fanini disse que não houve contrato formal com a oscip e que os números das notas fiscais entregues ao Ibepoteq eram "sequenciais" porque, à época, a oscip era a única cliente da B.M.A.

01 FEV 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

BIA MORAES / INTERINA

Moro e a transparência

O juiz federal Sergio Moro será o principal palestrante do II Fórum Transparência e Competitividade, que o Sistema Federação das Indústrias do Paraná realizará dia 10 de março em Curitiba. O convite a Moro foi feito pessoalmente pelo presidente do Sistema Fiep, Edson Campagnolo, que defende o engajamento da entidade em ações anticorrupção. A palestra do juiz terá o tema "Corrupção, empresas e controle".



Além dele, outro participante ilustre será o jornalista William Waack, do *Jornal da Globo*.

30 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça arresta R\$ 265 mi de governo do Rio

Decisão de juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública é criticada pelo Executivo, que fala em 'perplexidade' e arbitrariedade'

Luciana Nunes Leal / RIO

A Justiça do Estado do Rio determinou ontem o arresto de contas do governo do Estado no valor de R\$ 265,6 milhões para pagamento dos servidores do Poder Judiciário. A liminar foi concedida pelo juiz Bruno Vinícius da Rós Bodart, da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital, e atende ação movida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sind-Justiça RJ). No despacho, o juiz determinou que fossem preservados recursos de saúde, educação e segurança pública.

Desde o fim do ano passado o pagamento dos servidores tem gerado conflitos entre o Executivo e o Judiciário do Estado. Em nota divulgada no início da noite, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro protestou contra o atraso nos repasses do Executivo e apontou "afronta à autonomia dos Poderes". O TJ lembrou que a Constituição Federal determina que os repasses do Executivo ao Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública sejam feitos até o dia 20 de cada mês.

"Permitir que o Poder Executivo fique com verbas além daquelas a que tem direito ou que estabeleça datas para o repasse diferentes da imposta pela Constituição Federal implica afronta à autonomia dos Poderes, o que não pode ser admitido. Portanto, ao contrário do que tem afirmado o Poder Executivo, a discussão sobre repasse de verbas não é apenas um debate sobre data de pagamento, mas sim uma luta pela independência dos Poderes", diz a nota do TJ.

O diretor-geral do Sind-Justiça-RJ, Alzimar Andrade, afirmou que a entidade decidiu recorrer à Justiça quando constatou que o Executivo não havia feito o repasse no dia 20 de janeiro. "Não é nenhum privilégio do servidor, é dinheiro do Judiciário que está sendo retido pelo governadô", afirmou. O sindicato marcou para a próxima quarta-feira um protesto em frente à Assembleia Legislativa.

Pelo segundo dia consecutivo o governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) sofreu derrota na Justiça por causa do pagamento do funcionalismo. Anteontem, a 8ª Vara de Fazenda Pública determinou que os salários dos servidores fossem pagos até o último dia útil do mês de trabalho, o que significa que os valores deveriam ter sido pagos ontem. O governo, no entanto, não pagou os servidores e deverá recorrer ao próprio TJ contra a decisão do juiz da 8ª Vara, Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves. O magistrado também determinou que o governo pague de uma vez os valores pendentes do 13º salário dos funcionários do Estado.

'Arbitrariedade'. Em nota divulgada à noite, o governo estadual informou ter determinado à Procuradoria-Geral do Estado que recorra da decisão da 9ª Vara de Fazenda Pública da Capital. No recurso, o Estado alega que "a decisão foi proferida por juiz que possui interesse direto no desfecho da causa, ao ser beneficiário financeiro dos efeitos de sua decisão e a ele ter sido creditada parte dos recursos arrestados indevidamente de fundos estaduais, tais como o Fundo do Corpo de Bombeiros, o Fundo da Polícia Militar e o Fundo de Recursos Hídricos, entre outros".

"O artigo 102 da Constituição Federal determina a competência exclusiva do STF (Supremo Tribunal Federal) para julgamento de causa em que toda a magistratura local seja interessada", diz a nota, acrescentando que "a decisão causa perplexidade aos mais básicos princípios democráticos" e representa "um ato de arbitrariedade contra os cidadãos fluminenses".

O governo gasta R\$ 1,9 bilhão mensais com servidores ativos, aposentados e pensionistas.

30 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Advogado diz que Dirceu admitiu a Moro 'suas culpas'

Defesa diz que, em depoimento, ex-ministro reconheceu que lobista pagou reforma de seu apartamento e negou ter indicado Duque

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Julia Affonso

Fausto Macedo

O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu “admitiu suas culpas” em depoimento na tarde de ontem ao juiz federal Sérgio Moro. Réu por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, Dirceu está preso desde 3 de agosto. Ontem, pela primeira vez, ficou frente a frente com Moro. Respondeu a todas as perguntas na audiência. “Esclareceu tudo, disse que é verdade que o Milton Pascowitch (lobista e delator) pagou a reforma do seu apartamento e da sua casa”, disse o advogado Roberto Podval, defensor de Dirceu.

Dirceu negou ter indicado o engenheiro Renato Duque para a Diretoria de Serviços da Petrobrás. Duque, apontado como cota do PT na Petrobrás, também é réu da Lava Jato. Dirceu disse, segundo seu advogado. “Não indiquei Renato Duque, eu não o conhecia, não o conhecia antes desses fatos (*investigação da Lava Jato*). Havia um pedido do PSDB (*para uma diretoria da estatal*), uma indicação absolutamente legítima. Eu já tinha uma indicação do PSDB por conta de Furnas e havia uma outra pessoa indicada pelo PT. Eu preferi indicar porque já tinha PSDB para Furnas. Eu não tinha nenhum interesse pessoal com Renato Duque. Como ministro da Casa

Civil assinei. A última palavra era minha para todas as pessoas, todos os ministérios. Eu não tiro a minha responsabilidade.”

O ex-ministro declarou na audiência, segundo relato de Podval. “O que me chegou é que havia uma disputa entre duas pessoas, uma apoiada legitimamente pelo PSDB e a outra pelo PT. Minha escolha foi a indicada pelo PT. Tinha duas pessoas. Eu vou optar por escolher o do PT porque alguém já havia sido indicado pelo PSDB. A demanda chegou para mim e eu decidi assim. Renato Duque não era amigo meu, eu nunca tinha visto, não sabia quem era.”

Reforma. Podval disse. “O Zé Dirceu admitiu que fez negócio, que permitiu que o Milton Pascowitch pagasse a reforma do apartamento e da casa. Ele disse: ‘Isso era uma coisa minha com Milton, eu iria pagar o Milton’. Imagino que o Pascowitch se aproveitou da situação e ‘vendeu’ o Zé. O Zé sempre permitiu ser usado por terceiros que ganharam milhões às custas do Zé. Estão rindo aí, andando por aí, e o Zé Dirceu preso. É ridículo.”

Segundo Podval, o ex-minis-

tro negou recebimento de propinas do esquema na Petrobrás por meio de sua empresa, a JD Assessoria e Consultoria. “Tudo o que (*recebeu*) está contabilmente ali, não tem nada oculto. O que não está declarado são as reformas do apartamento e da casa. Ele (*Dirceu*) falou das reformas, do imóvel do Ibirapuera. Ele disse que fez financiamento bancário, mas que não está pagando porque não tem dinheiro. Essa é a realidade dele.”

Jato. Dirceu admitiu ter usado um jatinho de outro lobista e delator, Júlio Camargo. Segundo Podval, ele falou: “Os aviões me foram cedidos. A vida inteira me foram cedidos. Foram cedidos por ele (*Camargo*), foram cedidos por outros. Eu sempre voei e sempre me deram”. “Ou seja, nunca ninguém escondeu isso. Até então era bacana ser amigo do Zé Dirceu. Era bacana oferecer o avião para o Zé Dirceu. Claro, nas costas dele estavam ganhando dinheiro em cima disso”, afirmou o advogado.

“Os seus pecados o Zé Dirceu admitiu”, afirmou o criminalista, referindo-se ao relato do ex-ministro a Moro. “Tentou ser o mais claro possível, o mais correto possível. É só olhar as propriedades, o dinheiro que ele (*Dirceu*) tem para saber qual é a verdade disso. Muitos delatores devolveram muito dinheiro, 80 milhões, ficaram com 40, estão soltos e dando risada por aí. O Zé está preso”, disse Podval.

30 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Ministra concede liminar que viabiliza novo indexador

● A vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, concedeu liminar parcial aos pedidos feito pelo PT e pelo PPS para suspender dispositivos do decreto que regulamentou as novas regras sobre indexador da dívida, aprovadas no ano passado. A ministra suspendeu trecho do decreto 8.616, de dezembro do ano passado, que previa necessidade de autorização legislativa para que as cidades assinassem contratos para repactuar as dívidas pelo novo indexador.

PT e PPS entraram com ações ontem, a partir de mobilização da Frente Nacional dos Prefeitos. A intenção é tornar viável a aplicação, a partir de fevereiro, das novas regras sobre indexador da dívida de Estados e municípios com a União. / BEATRIZ BULLA

31 JAN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Nem a merenda escapa

Em tempos de desvio de dinheiro público na casa dos bilhões de reais, não chega a causar espécie a descoberta de um novo esquema de corrupção cujo prejuízo é grafado com muitos zeros a menos que o do petrolão. O espantoso desse caso não é o valor da roubalheira, e sim a tranquilidade com que foi tungado o dinheiro que deveria ser destinado à compra de alimentos para crianças em escolas públicas – além da suspeita de que o esquema envolvia, entre outras tantas figuras, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado tucano Fernando Capez.

O nome da operação da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual que flagrou o esquema é “Alba Branca” – referência irônica a uma trufa do Piemonte, região ao norte da Itália, cujo preço pedido pelos produtores chega a cinco dólares o grama. Graças aos corruptos, a modesta merenda da garotada ganhava preços de rara iguaria. Num dos exemplos de superfaturamento citados no inquérito, um litro de suco de laranja que custava R\$ 3,70 para o fornecedor chegou a ser vendido a R\$ 6,80 para a Secretaria da Educação.

A operação, realizada no dia 19/1, prendeu dirigentes da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf), na cidade de Bebedouro, interior de São Paulo. Em depoimento, esses funcionários disseram que a Coaf pa-

gava propina para obter contratos com a Secretaria da Educação e com 22 prefeituras do interior. O suborno podia chegar a 25% do valor contratado, segundo disseram os suspeitos. Como um típico esquema mafioso, o pagamento muitas vezes era feito em dinheiro vivo, em postos de gasolina na beira de estradas.

Os presos indicaram como principais beneficiários o deputado Fernando Capez, o secretário estadual de Logística e Transportes, Duarte Nogueira, e Luiz Roberto dos Santos, vulgo “Moita”, que era assessor do secretário-chefe da Casa Civil do governo paulista, Edson Aparecido.

Além de presidente da Assembleia Legislativa, Capez é procurador de Justiça licenciado e ganhou visibilidade, em 1994, ao deflagrar uma cruzada contra as torcidas organizadas de futebol. Seu nome circula como um dos possíveis postulantes tucanos à sucessão do governador Geraldo Alckmin, em 2018.

Capez foi citado por vários envolvidos, entre os quais Cássio Chebabi, presidente da Coaf, que aceitou fazer delação premiada. Chebabi disse que, no final de 2014, foi informado por um dos operadores do esquema, Marcel Ferreira Julio, de que teria de pagar propina para conseguir um contrato de fornecimento de suco de laranja para as escolas estaduais.

No ano anterior, a Coaf havia sido escolhida numa chamada pública para esse mesmo serviço, no valor de R\$ 8 milhões,

mas o processo foi suspenso pelo governo estadual sem maiores explicações. Uma nova chamada foi feita em 2014, e a Coaf tornou a ser escolhida, mas isso só aconteceu, segundo Chebabi, porque a cooperativa aceitou dar 10% para o operador Marcel, que dizia representar o deputado Capez.

A Secretaria da Educação afirma que esta última chamada pública resultou em economia para os cofres públicos, mas não deixou claro por que razão decidiu suspender o processo anterior. Com esse comportamento oblíquo, o governo ajuda a alimentar as suspeitas de que a suspensão teria servido apenas para que a quadrilha pudesse pressionar o fornecedor de merenda a pagar propina em troca do novo contrato.

Já o deputado Capez repeliu com veemência as acusações, dizendo-se vítima de ex- assessores mal-intencionados. Os outros acusados também negaram tudo. Com o tempo se saberá quem está dizendo a verdade. Nada disso, porém, muda o fato de que houve desvio de dinheiro para merenda escolar, um crime carregado de terrível simbolismo neste momento de colapso moral que vive o País.

E isso não aconteceu apenas em São Paulo. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), desde 2003 foram desviados cerca de R\$ 2 bilhões destinados à merenda e ao transporte escolar em 2,7 mil municípios de todo o País. A indecência dos corruptos, como se vê, não tem limites.

01 FEV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça solta dois presos da 22ª fase da Lava Jato

Dois dos quatro presos da 22ª fase da Operação Lava Jato deixaram a prisão, em Curitiba, por volta das 18h25 neste domingo (31). Ricardo Honório Neto e Renata Pereira Brito, ligados à Mossack Fonseca, empresa especializada na abertura de offshore, saíram da cadeia porque venceu o prazo da prisão temporária. O Ministério Público Federal (MPF) ou a Polícia Federal (PF) não solicitou a prorrogação ou conversão da prisão em preventiva.

Já a publicitária Nelci Warken teve a prisão temporária renovada. Isso significa que ficará até mais cinco dias na carceragem da Polícia Federal. A decisão é do juiz federal Sérgio Moro e foi publicada neste domingo. ●

Novo depoimento

A Justiça Federal remarcou para quarta-feira (3) o novo interrogatório de Fernando Horneaux de Moura, delator da Operação Lava Jato que admitiu ao Ministério Público Federal que mentiu para o juiz Sérgio Moro. A decisão foi tomada na sexta (29) na audiência que ouviu o ex-ministro José Dirceu e o sócio da Engevix Gerson Almada.

TRIBUNA DO PARANÁ

JUSTIÇA LIBERA DOIS

A publicitária Nelci Warken, ligada à Mossack Fonseca e detida na 22ª fase da Operação Lava Jato, teve sua prisão temporária renovada por mais cinco dias por decisão do juiz federal Sergio Moro, publicada ontem. Já Ricardo Honório Neto e Renata Pereira Brito tiveram seus prazos vencidos e deixaram a cela da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, às 18 horas. Segundo a Justiça, Nelci teve a prisão estendida pois há forte indício de que ela tenha ocultado a propriedade de bens.

29 JAN 2016

Paraná Portal

RUY BARROZORUY BARROZO



Recondução

A Associação dos Magistrados do Paraná – AMAPAR realiza nesta sexta-feira, a partir das 16h, a solenidade de posse da diretoria da entidade para o biênio 2016/2017.

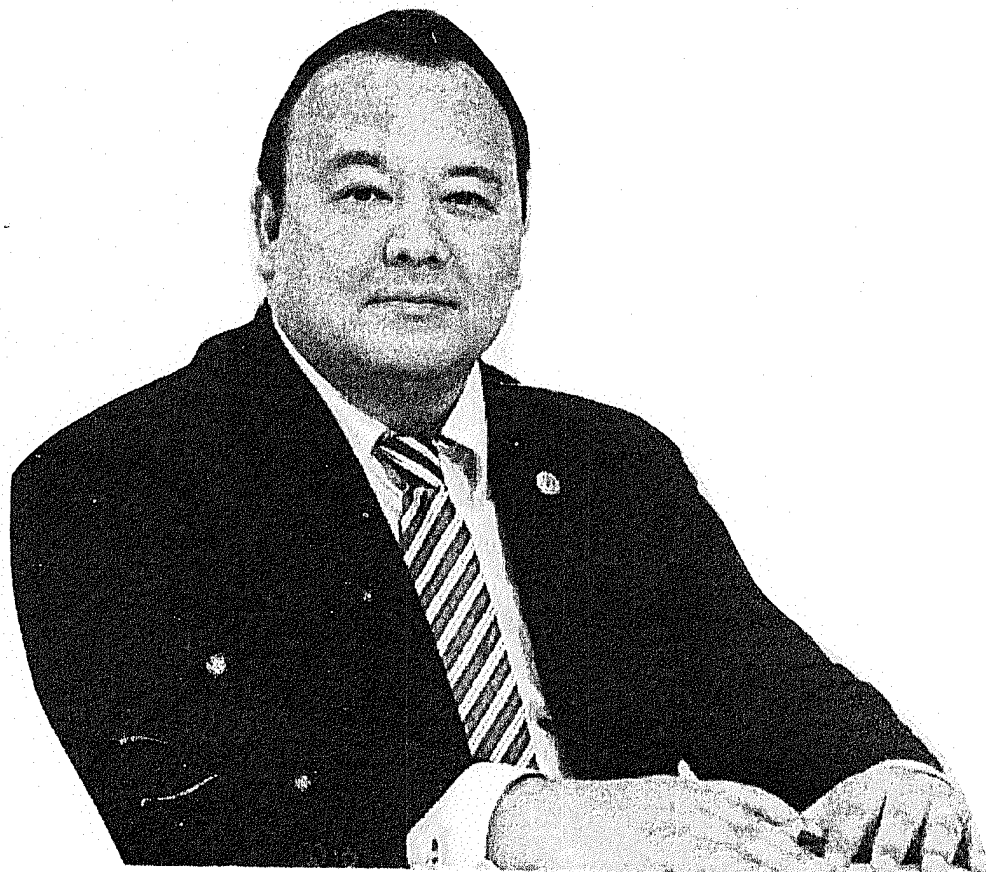
CONTINUA

29 JAN 2016

CONTINUAÇÃO Paraná Portal

Reeleito presidente da AMAPAR, o juiz de Direito Frederico Mendes Júnior afirma que a prioridade durante os próximos dois anos de gestão estará, em síntese, na democratização da associação que congrega os mais de mil juízes e desembargadores do Paraná – que estão na ativa e aposentados.

“Queremos manter a magistratura fortalecida, resgatando a autoestima do magistrado, com uma representação efetiva não só junto ao Tribunal de Justiça, mas também abrindo espaço para diálogo com o executivo e legislativo, estadual e federal”, afirma.



29 JAN 2016

METRO

Danos morais. Mac Donald é condenado a pagar R\$ 50 mil

Por decisão do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), o secretário municipal de governo, Ricardo Mac Donald terá que pagar R\$ 50 mil para o deputado estadual Ademir Traiano (PSDB) por danos morais. Segundo o do relator do processo, o desembargador Luiz Lopes, Mac Donald extrapolou "a esfera da crítica atacando a postura moral de pessoa pública, mediante ofensas pessoais". O texto em questão foi publicado em um blog político.

Mac Donald afirma que vai recorrer da decisão em Brasília, e lembra que em primeira instância Traiano teve seu pedido recusado.